

CÓDIGO DE CONDUTA

DA FUNDAÇÃO DIONÍSIO PINHEIRO E ALICE CARDOSO PINHEIRO

INTRODUÇÃO

As fundações são instituições privadas sem fins lucrativos que visam contribuir para o bem comum, para o desenvolvimento sustentável e para a promoção de respostas aos desafios concretos das sociedades atuais, designadamente no âmbito social, educativo, científico, cultural ou ambiental.

A Fundação Dionísio Pinheiro e Alice Cardoso Pinheiro (doravante abreviadamente designada por “Fundação”) é uma instituição particular de utilidade pública administrativa que tem por objetivo realizar determinados fins culturais, de instrução e de assistência, através, designadamente, da organização, manutenção, conservação e enriquecimento da “Casa Museu”, da instituição dos prémios escolares Dona Alice Cardoso Pinheiro e Dionísio Pinheiro, e da atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior economicamente carenciados.

Acresce que a Fundação reconhece a importância de uma intervenção de acordo com as necessidades da sociedade em geral que constituem a medida e o limite das suas atividades. Para este efeito, sublinha-se o valor da sua independência e autonomia no esforço para a construção de uma sociedade civil plural, justa e responsável, bem como a defesa de uma utilização eficiente e uma boa administração dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

O presente Código de Conduta pretende constituir uma referência para todos os colaboradores, amigos e membros dos órgãos sociais da Fundação no que respeita aos padrões de conduta, contribuindo para que a mesma seja reconhecida como um exemplo de integridade, responsabilidade e rigor.

A Fundação compromete-se a defender os valores de integridade, da transparência, da autorregulação e da prestação de contas, entre outros, o que compreende obrigações e responsabilidades relativamente a todos os interessados e colaboradores nas suas atividades.

I.

ÂMBITO DE APLICAÇÃO E PRINCÍPIOS

Artigo 1.º

Âmbito

- 1.** O presente Código de Conduta aplica-se a todos os colaboradores da Fundação, entendendo-se como tal as pessoas que aí prestem atividade, incluindo os membros dos órgãos sociais, trabalhadores, Amigos da Fundação e outros prestadores com ela relacionados, assim como aos terceiros que, de alguma forma, estejam relacionados com a Fundação.
- 2.** A aplicação do presente Código de Conduta e a sua observância não impede, nem dispensa a aplicação de outras regras de conduta ou deontológicas, de fonte legal ou de qualquer outra natureza, aplicáveis a determinadas funções ou atividades.

Artigo 2.º

Princípios Gerais

No exercício das suas atividades, funções e competências, os colaboradores da Fundação devem atuar tendo em vista a prossecução dos interesses da instituição e no respeito pelos princípios da legalidade, auto-regulação, não

discriminação, diligência, eficiência e responsabilidade, entre outros, tendo em consideração a missão e as políticas de atuação em vigor da Fundação.

Artigo 3.º

Legalidade

1. A Fundação deve respeitar e zelar pelo cumprimento rigoroso das normas legais e regulamentares aplicáveis à sua atividade.
2. No exercício das suas funções, os colaboradores da Fundação devem atuar de acordo com a lei geral e demais regulamentação específica aplicável.

Artigo 4.º

Não Discriminação

Os colaboradores da Fundação não devem adotar comportamentos discriminatórios em relação aos demais colaboradores ou a terceiros, sejam eles beneficiários dos serviços da Fundação ou não, nomeadamente, com base na raça, sexo, idade, incapacidade física, orientação sexual, opiniões políticas, religião ou crença.

Artigo 5.º

Diligência, Eficiência e Responsabilidade

1. Os colaboradores da Fundação devem cumprir sempre com zelo, eficiência e responsabilidade as atividades que prosseguem na Fundação, bem como os deveres que lhes são cometidos.
2. No relacionamento com os beneficiários, com terceiros e com o público, os colaboradores devem evidenciar disponibilidade e eficiência, correcção e urbanidade.

II.

ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO

Artigo 6.º

Transparência

1. A Fundação atua de forma transparente e adota práticas exigentes de gestão e de prestação de contas, podendo complementar as obrigações legais nesta matéria com medidas adicionais.
2. Numa perspetiva de inserção com a comunidade e proximidade relativamente a esta, a Fundação disponibiliza no seu sítio na *internet* (www.fundacaodionisiopinheiro.pt) diversa informação tanto de natureza institucional como relativa ao seu acervo museológico e às atividades realizadas.
3. A Fundação disponibiliza ainda informações respeitantes aos bens que integram o seu património inicial de acordo com o previsto nas alíneas a) e b) do número 3 do Artigo 9º da Lei-Quadro das Fundações.

Artigo 7.º

Gestão e Finanças

1. A Fundação promove uma organização e funcionamento que visa a eficiência e assegurar a gestão e a utilização dos seus recursos segundo métodos e procedimentos de investimentos prudentes e sustentáveis.
2. A Fundação possui um sistema de contabilidade adequado à sua natureza e dimensão, cumprindo todas as disposições legais quanto a esta matéria, nomeadamente o regime declarativo decorrente da Informação

Empresarial Simplificada e o regime de normalização contábilística para as entidades do setor não lucrativo, podendo complementar as obrigações legais com medidas adicionais.

III.

CONFLITOS DE INTERESSES E INCOMPATIBILIDADES

Artigo 8.º

Conflitos de Interesse

1. Os colaboradores devem evitar qualquer situação suscetível de originar conflitos de interesses.
2. Existe conflito de interesses atual ou potencial sempre que os colaboradores tenham um interesse pessoal ou privado em determinada matéria que possa influenciar o desempenho imparcial e objetivo das suas funções.
3. Os eventuais conflitos de interesses de qualquer colaborador sujeito ao regime deste Código deverão ser imediatamente comunicados ao Conselho de Administração da Fundação.

Artigo 9.º

Relações entre Colaboradores

1. Os colaboradores da Fundação observarão, no relacionamento entre si, os melhores princípios de respeito pela integridade e dignidade e respeito pela estrutura hierárquica, devendo a Fundação promover a correção e urbanidade nas relações entre os seus colaboradores.
2. Os colaboradores da Fundação devem procurar, de forma contínua, aperfeiçoar e atualizar os seus conhecimentos, tendo em vista a manutenção ou melhoria das suas capacidades profissionais.

Artigo 10.º

Relações com Terceiros

1. Os colaboradores da Fundação não devem atuar de modo a favorecerem os seus interesses ou os de terceiros junto de clientes ou fornecedores, sendo proibido este tipo de comportamento, sob qualquer das suas formas.
2. As ofertas de terceiros devem ser recusadas caso existam suspeitas de que as mesmas pretendem atingir objetivos contrários ao disposto no presente Código de Conduta, nomeadamente quando constituam tentativas de influenciar a Fundação ou o colaborador em particular.
3. Os colaboradores da Fundação devem atuar de forma a permitir que sejam honrados os compromissos com fornecedores de produtos ou serviços e a exigir da parte destes o integral cumprimento das suas obrigações, bem como a observância das boas práticas e regras subjacentes à atividade em causa, tendo em conta o normal funcionamento do mercado.
4. A escolha dos fornecedores deve ser efetuada com base em critérios imparciais e transparentes, sem concessão de privilégios ou favoritismos e evitando, sempre que possível, situações de exclusividade.

Artigo 11.º

Relações com outras Instituições

Os contatos, com representantes de outras instituições públicas ou privadas devem sempre refletir a política da Fundação, devendo os colaboradores pautar o seu relacionamento por critérios de qualidade, integridade, correção e transparência.

IV.

CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

Artigo 12.º

Informação e Confidencialidade

Os colaboradores da Fundação devem guardar sigilo e reserva em relação ao exterior de toda a informação que tenham conhecimento no exercício das suas funções, que, pela sua natureza, possa afetar a imagem, o interesse ou a atividade da Fundação.

Artigo 13.º

Proteção de Dados

1. Os colaboradores que trabalham com dados pessoais relativos a outros colaboradores, a beneficiários ou a quaisquer terceiros ou que tenham acesso a esses dados, devem respeitar a privacidade, em conformidade com o disposto na Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro e demais legislação aplicável.
2. Os colaboradores não podem utilizar os dados pessoais para fins ilícitos ou transmitir esses dados a pessoas não autorizadas.

V.

DISPOSIÇÃO GERAIS

Artigo 14.º

Divulgação, Compromisso e Aplicação

1. O presente Código de Conduta, que se aplica a todos os colaboradores da Fundação, entra em vigor imediatamente após a sua aprovação pela Assembleia Geral e a sua divulgação a todos os colaboradores.
2. O presente Código de Conduta será disponibilizado no sítio de *internet* da Fundação de modo a informar eficazmente o público acerca do seu conteúdo.
3. No processo de admissão dos colaboradores deverá constar a declaração de conhecimento e aceitação das normas vigentes no presente Código de Conduta.
4. A violação das disposições contantes do presente Código de Conduta poderá ter como consequência a abertura de um procedimento disciplinar.

Águeda, 12 de Janeiro de 2013